

QUÃO HOMENS SÃO OS GAYS?

HOW MANLY ARE GAY MEN?

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.039-007>

Francisco Renato Silva Ferreira

Mestre em Ensino em Saúde

Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

Vínculo Institucional: Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – UNILEÃO, Brasil

E-mail: renatoferreira@altaneira.ce.gov.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6775378848524040>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3977-0136>

Rafaela Gonçalves Rodrigues

Especialista em Direito Penal e Criminologia

Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil

Vínculo Institucional: Prefeitura Municipal de Altaneira/CE, Brasil

E-mail: advocaciarafaelagoncalves@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2038317417032850>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0143-8332>

Francisco Gabriel da Silva Linhares

Especialista em Psicologia Organizacional do Trabalho

Centro Universitário Venda Nova do Imigrante – UNIFAVENI, Brasil

Vínculo Institucional: Secretaria dos Direitos Humanos e da Assistência Social de Sobral – SEDHAS, Brasil

E-mail: gabriel2016linhares@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4823645156042217>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-6776-6982>

Cicero Anderson Pereira Santos

Bacharel em Direito

Universidade Regional do Cariri - URCA, Brasil

Vínculo Institucional: Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil

E-mail: ciceroanderson.advocacia@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6740805611366063>

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-3518-079X>

Pedro Henrique de Lima

Mestrando em Educação

Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil

Vínculo Institucional: Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil

E-mail: pedro.hl@urca.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7900004571305625>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4125-9943>

Domingos Ferreira Alencar Diógenes

Especialista em Metodologia do Ensino Superior
Faculdade Vale do Salgado - FVS, Brasil
Vínculo Institucional: MUST University, USA
E-mail: domingosdiogenes2005@yahoo.com.br
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1506502890813570>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-3362-6646>

Danila Mendes dos Santos

Especialista em Direito Penal e Criminologia
Universidade Regional do Cariri – URCA, Brasil
Vínculo Institucional: Prefeitura Municipal de Altaneira/CE, Brasil
E-mail: danila.mendes.adv@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8935400514019964>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-6458-8328>

Jamilly Sampaio de Alencar Moreira

Especialista em Fisioterapia nas Disfunções do Assoalho Pélvico e Obstetrícia
Instituto Paiva - Cursos e Capacitações – PAIVA, Brasil
Vínculo Institucional: Prefeitura Municipal de Altaneira/CE, Brasil
E-mail: jamilly-sampaio2010@hotmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4162298459100267>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-3946-0028>

RESUMO

O presente artigo analisa a construção social da masculinidade e suas expressões plurais a partir da questão problematizadora “quão homens são os gays?”. A investigação, de abordagem qualitativa e natureza bibliográfica, fundamenta-se em autores como Judith Butler (2019), Raewyn Connell (2015), Michel Foucault (1988) e Pierre Bourdieu (1999), que compreendem o gênero como produção cultural e o poder como prática simbólica. A análise evidencia que a masculinidade hegemônica não é um dado natural, mas o resultado de um processo histórico sustentado por normas de virilidade e pela dominação patriarcal. Ao questionar esse modelo, os corpos gays emergem como sujeitos de ruptura, capazes de performar novas sensibilidades e ressignificar o masculino a partir da diferença. A reflexão aponta que a performatividade, enquanto gesto ético, transforma a existência em espaço político e subverte os mecanismos que produzem exclusão. Nesse contexto, a masculinidade deixa de ser sinônimo de força ou controle e passa a significar liberdade, afeto e coragem de existir fora das fronteiras normativas. Conclui-se que reconhecer masculinidades diversas é reconhecer o próprio direito de ser humano em sua totalidade.

Palavras-chave: Masculinidade; Performatividade; Resistência.

ABSTRACT

This article analyzes the social construction of masculinity and its plural expressions based on the guiding question, “how masculine are gay men?”. The research, qualitative in approach and bibliographical in nature, is grounded in authors such as Judith Butler (2019), Raewyn Connell (2015), Michel Foucault (1988), and Pierre Bourdieu (1999), who understand gender as a cultural production and power as a symbolic practice. The analysis reveals that hegemonic masculinity is not a natural fact but the result of a historical process sustained by norms of virility and patriarchal domination. By questioning this model, gay bodies emerge as subjects of rupture, capable of performing new sensibilities and re-signifying the masculine from the perspective of difference. The reflection highlights that performativity, as an ethical gesture, transforms existence into a political space and subverts the mechanisms that produce exclusion. In this context, masculinity ceases to be synonymous with strength or control and becomes a signifier of freedom, affection, and the courage to exist beyond normative boundaries. It is concluded that recognizing diverse masculinities means recognizing the very right to be human in its totality.

Keywords: Masculinity; Performativity; Resistance.

1 INTRODUÇÃO

A pergunta que dá título a este artigo — “*Quão homens são os gays?*” — provoca mais do que um exercício de retórica: convoca uma análise filosófica, política e cultural sobre a própria noção de masculinidade. Tal indagação emerge num contexto histórico em que a virilidade, a força e a heterossexualidade ainda são tomadas como pilares da identidade masculina, relegando ao campo do “outro” todos os corpos que escapam desse padrão normativo. Em vez de uma simples curiosidade social, a questão se transforma em denúncia: o mundo contemporâneo ainda mede a humanidade dos sujeitos pelo grau em que correspondem ao ideal patriarcal do “homem verdadeiro”.

No interior da cultura ocidental, o conceito de masculinidade foi construído como sinônimo de poder, razão e domínio. Essa visão, herdada de séculos de tradição patriarcal, conferiu aos homens o estatuto de sujeitos universais, ao passo que reduziu as mulheres e os homens dissidentes a categorias de alteridade. Como explica Connell (2015), a masculinidade hegemônica constitui o topo de uma hierarquia simbólica que subordina tanto outras masculinidades quanto as feminilidades, assegurando a supremacia do masculino heterossexual como modelo civilizatório. Essa hegemonia não é natural, mas o resultado de um processo histórico de legitimação que produz e regula corpos, afetos e comportamentos.

Bourdieu (1999) aprofunda essa análise ao demonstrar que o poder masculino se perpetua através de um sistema de dominação simbólica que naturaliza a desigualdade. Para o autor, o habitus masculino se

inscreve nos corpos e nas instituições, moldando percepções e expectativas de forma quase invisível. Em suas palavras:

A dominação masculina se impõe e se perpetua através da naturalização das disposições incorporadas que fazem parecer evidente o que é, de fato, produto de uma história de poder. Essa naturalização das estruturas sociais faz com que as relações de gênero se expressem como se fossem leis imutáveis da natureza, quando, na verdade, são criações históricas sustentadas por práticas e representações culturais. O corpo, nesse processo, é o lugar da submissão e da crença, tornando-se um campo simbólico onde se inscrevem os efeitos da hierarquia, do medo e da obediência. Ao internalizar essas disposições, o sujeito não apenas aceita a dominação, mas participa de sua reprodução cotidiana (Bourdieu, 1999, p. 67).

À luz dessa reflexão, percebe-se que a pergunta “quão homens são os gays?” expressa a resistência do imaginário social em admitir masculinidades plurais. Os homens gays, ao desafiar o imperativo da virilidade e da heterossexualidade compulsória, revelam as fragilidades da estrutura patriarcal e colocam em xeque os critérios pelos quais a sociedade define o que é ser homem. Butler (2003) rompe com a concepção essencialista de gênero ao compreender que identidade e desejo não se fundam em essências, mas em práticas reiterativas. O gênero, para ela, é um ato contínuo de encenação que ganha sentido apenas pela repetição socialmente regulada. Nesse sentido, o sujeito gay, ao performar o desejo de maneira divergente, torna-se subversivo porque desnuda a artificialidade das normas que sustentam o masculino hegemônico.

Foucault (1988), ao investigar os dispositivos de poder que atravessam a sexualidade, demonstra que o controle sobre os corpos é também um controle sobre os discursos. A produção de saberes acerca do “normal” e do “anormal” foi uma das formas pelas quais o Ocidente consolidou o biopoder, isto é, a administração política da vida. O corpo gay, nesse contexto, é o corpo que desafia o regime da normalidade e, por isso, sofre tentativas constantes de silenciamento, medicalização e correção. A simples existência desses sujeitos, contudo, torna-se um gesto político de desobediência simbólica.

Não se trata, portanto, de medir a “quantidade” de masculinidade nos gays, mas de desestabilizar o próprio parâmetro de medida. A masculinidade não é um estado de ser, mas uma prática discursiva em disputa. Ao se assumirem, amarem e resistirem, homens gays produzem novas formas de viver o masculino, fundadas no afeto, na sensibilidade e na coragem de existir fora das normas. Essa reinvenção questiona a ideia de que a hombridade depende da negação da ternura, da força física ou da subjugação feminina. Em vez disso, propõe um masculino ético e libertário, que se reconhece no outro sem precisar dominá-lo.

Como observa Louro (2019), a visibilidade dos corpos dissidentes é também uma forma de pedagogia cultural, pois educa o olhar social a reconhecer outras formas de humanidade. A autora sustenta que:

A simples presença de sujeitos gays, lésbicos ou trans em espaços públicos abala as certezas do gênero, instaurando uma ruptura simbólica nas normas que definem o que é considerado legítimo ou aceitável. Esses corpos dissidentes revelam as fronteiras frágeis entre o natural e o construído, tornando visível aquilo que a norma tenta ocultar: que toda identidade é uma ficção socialmente necessária, mas politicamente instável. A visibilidade desses sujeitos não apenas desafia as estruturas do poder heteronormativo, mas também redefine o campo da educação e da cultura, levando a sociedade a reconsiderar os sentidos de diferença, alteridade e humanidade (Louro, 2019, p. 54).

Diante dessa perspectiva, a presente introdução não busca responder de modo objetivo à pergunta inicial, mas aprofundar suas implicações éticas e epistemológicas. Refletir sobre “quão homens são os gays” é, antes de tudo, questionar as fronteiras do humano, o papel das instituições na fabricação dos gêneros e o valor social atribuído às diferenças. É reconhecer que os corpos que amam outros corpos do mesmo sexo não carecem de masculinidade — carece, sim, a sociedade de capacidade para compreender a pluralidade que habita o ser humano.

A discussão aqui proposta insere-se, portanto, no campo dos estudos de gênero e sexualidade, articulando autores clássicos e contemporâneos para sustentar que a masculinidade é um território em disputa simbólica. Este artigo parte da premissa de que os homens gays não estão à margem do masculino, mas no seu centro transformador, abrindo frestas por onde a humanidade respira. Repensar a masculinidade é, enfim, repensar a própria civilização e suas formas de poder, porque, como adverte Butler (2003, p. 45), *“a performatividade do gênero é sempre uma prática de resistência, uma tentativa de deslocar o que foi imposto como natural”*.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A MASCULINIDADE COMO CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

A masculinidade, enquanto categoria social, não é uma essência natural inscrita no corpo masculino, mas uma elaboração histórica, política e cultural continuamente construída e reformulada pelas relações de poder. Desde os primórdios das civilizações ocidentais, a figura do homem foi associada à racionalidade, à força e à capacidade de dominação, constituindo-se como o arquétipo da autoridade e da ordem. Essa imagem, longe de ser universal, resulta de um processo histórico de legitimação da virilidade como valor civilizatório, que transformou diferenças em hierarquias e naturalizou a desigualdade entre os gêneros.

A compreensão de que o masculino é uma construção social foi amplamente desenvolvida por Connell (2015), cuja teoria das masculinidades propõe a existência de múltiplas formas de viver e expressar o ser homem. Para a autora, a masculinidade hegemônica representa o modelo de referência cultural que organiza e hierarquiza as demais masculinidades, impondo-se como padrão de comportamento, desejo e identidade. Tal hegemonia não é absoluta, mas relacional, pois se sustenta na exclusão e na subordinação

de outras masculinidades — como as gays, negras, periféricas ou não normativas. Connell (2015, p. 92) enfatiza que:

A masculinidade hegemônica não se refere à maioria dos homens, mas à configuração de práticas que garantem a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres e das outras masculinidades. Essa forma de masculinidade ocupa o topo da hierarquia de gênero e é sustentada por uma rede de valores, comportamentos e instituições que legitimam a desigualdade e naturalizam a dominação masculina. Trata-se de uma construção social que define o “ser homem” como sinônimo de poder, controle e virilidade, marginalizando outras expressões do masculino que não se enquadram nesse padrão. Assim, a hegemonia masculina não é apenas uma característica individual, mas um sistema cultural de legitimação e reprodução das hierarquias sociais e sexuais.

Essa perspectiva permite compreender que o ideal de virilidade não é fruto de uma natureza imutável, mas de um processo histórico de aprendizado, inculcado desde a infância e reforçado por instituições como a família, a escola, a religião e a mídia. Cada uma dessas instâncias contribui para reproduzir o imaginário de que o homem “verdadeiro” é aquele que domina, protege e controla — uma narrativa que exclui a vulnerabilidade, o afeto e a diferença.

Bourdieu (1999) aprofunda essa análise ao demonstrar que o masculino, ao longo da história, foi transformado em instrumento simbólico de poder. O autor mostra que a dominação masculina se enraíza nas estruturas mentais e sociais que legitimam o privilégio do homem heterossexual e cisgênero como medida de todas as coisas. Em suas palavras:

A virilidade, entendida como capacidade reprodutiva, sexual e social, constitui antes de tudo uma obrigação. O homem é socialmente compelido a demonstrar de modo contínuo a sua masculinidade, sendo levado a provar, a cada instante, que é homem diante de seus pares e das normas que o julgam. Essa exigência constante de afirmação cria uma vigilância simbólica permanente, na qual o valor do sujeito é medido pela adesão a um ideal de força e de domínio, o que reforça o poder masculino como norma social e legitima sua autoridade nas relações humanas (Bourdieu, 1999, p. 65).

Essa obrigação permanente de performar o masculino converte a virilidade em um fardo. O sujeito é constrangido a reprimir emoções, negar afetos e mascarar fragilidades para preservar um status de poder que, paradoxalmente, o aprisiona. Assim, a masculinidade hegemônica é, ao mesmo tempo, opressora e opressiva: subjuga o outro, mas também aprisiona o próprio homem em um ideal inatingível.

Sob a ótica foucaultiana, essa construção do masculino está intrinsecamente ligada aos mecanismos de poder e saber que definem o que é legítimo ou desviante. Foucault (1988) argumenta que as sociedades modernas instituíram dispositivos de controle que produzem sujeitos e corpos disciplinados, moldados por normas de conduta e sexualidade. O corpo masculino, nesse sentido, foi construído como um corpo de autoridade, cuja heterossexualidade se tornou requisito para o reconhecimento social. O filósofo pontua que:

O poder produz; ele produz realidades; produz domínios de objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o corpo são efeitos desse poder, não como vítimas passivas, mas como resultados concretos de práticas e discursos que moldam comportamentos e subjetividades. A força do poder não está apenas em reprimir, mas em criar, ordenar e dar sentido à existência, definindo o que pode ou não ser dito, o que pode ou não ser vivido. Dessa forma, o corpo é tomado como espaço de inscrição do poder, transformando-se em território de controle, obediência e resistência, onde se materializam as relações entre saber, disciplina e dominação (Foucault, 1988, p. 29).

Portanto, a masculinidade é um efeito do poder: um produto discursivo sustentado por práticas sociais que delimitam o aceitável e o abjeto. Quando um homem se desvia desse padrão — ao expressar sensibilidade, vulnerabilidade ou desejo homoafetivo — ele se torna um corpo dissonante, um corpo que ameaça a ordem simbólica. A masculinidade, ao invés de uma conquista pessoal, revela-se uma fronteira ideológica em constante disputa.

Essa disputa se evidencia também nas análises de Butler (2003), que ao propor a teoria da performatividade de gênero, desestabiliza a noção de identidade fixa e essencial. Para Butler, o gênero não é uma condição de nascimento, mas uma prática reiterada, um conjunto de gestos e comportamentos que se repetem socialmente e conferem aparência de estabilidade àquilo que é, na verdade, uma ficção. Em uma de suas passagens mais emblemáticas, a autora escreve:

O gênero é uma performance com consequências políticas: não se trata de uma expressão daquilo que somos, mas daquilo que aprendemos a parecer ser. O gênero não nasce de uma essência interna ou de uma verdade biológica, mas de uma repetição de atos, gestos e discursos que, pela força da repetição, produzem a aparência da naturalidade. Essa performance contínua cria identidades reconhecíveis socialmente, ao mesmo tempo em que delimita o que é considerado legítimo ou desviante. O corpo, portanto, torna-se o palco onde se encenam as normas de gênero, e cada desvio nesse roteiro abre a possibilidade de subversão e transformação do próprio sujeito (Butler, 2003, p. 56).

Com isso, a masculinidade deixa de ser um atributo exclusivo de um corpo masculino e passa a ser um ato, uma encenação social que pode ser reproduzida, reinventada ou subvertida. Homens gays, ao recusarem a rigidez do modelo viril e ao viverem seus afetos fora da norma heterossexual, realizam um gesto político de resistência, revelando que o masculino pode coexistir com o cuidado, a ternura e a delicadeza sem deixar de ser masculino.

À medida que a sociedade contemporânea começa a reconhecer essa pluralidade, as fronteiras entre o “ser homem” e o “não ser homem” tornam-se mais porosas. As masculinidades dissidentes — gays, negras, periféricas, indígenas ou trans — deslocam o centro da dominação e propõem novas formas de estar no mundo. Como observa Louro (2019), é na presença desses corpos dissidentes que se torna visível a arbitrariedade das normas que definem o gênero e a sexualidade. Para ela:

O sujeito que desobedece às regras do gênero obriga a sociedade a encarar o caráter político de suas convenções. Ele transforma o corpo em discurso e o desejo em linguagem pública, desestabilizando as fronteiras entre o que é considerado natural e o que é reconhecido como construção cultural. Essa transgressão simbólica expõe a arbitrariedade das normas que buscam fixar identidades, revelando que todo corpo é também território de significação e disputa. Ao tornar-se visível, o sujeito dissidente desafia os limites da norma e inaugura novas possibilidades de existência (LOURO, 2019, p. 72).

Dessa forma, compreender a masculinidade como construção histórica é reconhecer que nenhuma forma de ser homem é natural ou definitiva. O masculino é um território em disputa simbólica, moldado pela cultura, mas também transformado pela experiência e pela resistência. Cada gesto que foge à norma — cada corpo que insiste em existir fora da heteronormatividade — é uma fissura aberta na narrativa do poder. É nesse espaço de ruptura que os homens gays se inscrevem, não como corpos “menos masculinos”, mas como protagonistas de uma nova gramática da masculinidade, capaz de ressignificar o que é ser homem em uma sociedade que ainda aprende a conviver com a diferença.

2.2 PERFORMATIVIDADE E RESISTÊNCIA

A compreensão da masculinidade como uma prática social em constante construção conduz inevitavelmente à noção de performatividade, conceito desenvolvido por **Butler (2003)** no interior das teorias pós-estruturalistas de gênero. Tal perspectiva rompe com o determinismo biológico que historicamente sustentou as concepções tradicionais de masculinidade e feminilidade, propondo que o gênero não é um dado natural, mas uma repetição de atos, gestos e discursos que adquirem aparência de verdade pela força da repetição. Assim, a masculinidade, inclusive a heteronormativa, é uma encenação social continuamente reafirmada, e não uma essência que emana do corpo masculino.

Butler (2003) redefine a identidade como efeito de práticas discursivas e não como origem delas. Para a autora, o sujeito não precede o ato, mas é produzido por ele; o homem não é “antes” da masculinidade — ele se torna homem por meio das repetições performáticas que a sociedade lhe impõe e espera. Em uma das formulações mais expressivas dessa concepção, Butler afirma:

O gênero é sempre um ato performativo, uma repetição ritualizada que naturaliza normas culturais. Essa repetição é necessária, pois o gênero jamais é completamente realizado; é uma ficção sustentada pela constante encenação. Essa repetição é o mecanismo por meio do qual as normas se consolidam e, ao mesmo tempo, se tornam vulneráveis à subversão. Assim, cada performance carrega o potencial de ruptura, pois a encenação nunca é perfeita e, em suas falhas, abre-se a possibilidade de reconfigurar o próprio sentido do ser e do existir (Butler, 2003, p. 45).

Esse entendimento permite conceber a masculinidade como um campo de forças em disputa, onde cada gesto, palavra ou escolha pode reforçar ou subverter o regime hegemônico que a sustenta. O homem gay, ao viver um desejo que escapa à matriz heterossexual, não apenas desafia as expectativas sociais sobre

o comportamento masculino, mas também produz novas possibilidades de existência. Seu corpo torna-se um espaço político de resistência, um território de invenção de subjetividades que questionam a rigidez das fronteiras entre o masculino e o feminino.

A performatividade, ao contrário de uma simples encenação voluntária, é uma forma de produção de sentido. O sujeito que performa o gênero o faz dentro das possibilidades e limitações oferecidas por seu contexto histórico e cultural. Nesse sentido, as masculinidades gays revelam-se como um gesto de resistência porque expõem o caráter artificial da virilidade imposta e abrem brechas para outras formas de ser e estar no mundo. Essa resistência é estética, ética e política, pois redefine o campo do possível para todos os homens, heterossexuais ou não.

O pensamento de Foucault (1988) contribui para compreender que toda prática de resistência se inscreve nos mesmos circuitos de poder que tenta desafiar. Para o filósofo, o poder não é algo que se possui, mas que se exerce nas relações, e, portanto, onde há poder, há também resistência. A sexualidade, nessa perspectiva, é um dos dispositivos centrais de regulação social, e os corpos gays, ao se afirmarem em sua diferença, transformam-se em focos de contra-poder. Foucault sintetiza esse processo ao afirmar:

Não há relação de poder sem resistência; ela é, por definição, parte constitutiva dessa relação. A resistência não está jamais fora do poder, mas o atravessa, subverte e o transforma. O poder não existe como uma estrutura fixa ou como posse de um grupo, mas como uma rede de forças que se entrelaçam e se enfrentam em todos os níveis da vida social. Nesse contexto, onde há dominação, há também possibilidades de ruptura, fissuras e gestos que questionam a ordem estabelecida. A resistência, portanto, é o próprio movimento que impede o poder de se cristalizar, revelando sua natureza instável e produtiva (Foucault, 1988, p. 91).

Essa leitura permite compreender que a simples existência de masculinidades não normativas constitui uma forma de resistência performativa. O homem gay que não se oculta, que ama outro homem em público, que ocupa espaços de visibilidade e representação, reverte o jogo simbólico de poder e desafia o monopólio heterossexual sobre o significado do masculino. Ao afirmar sua presença, ele questiona os alicerces do patriarcado e desnaturaliza a crença de que a virilidade é incompatível com a sensibilidade, o afeto ou a delicadeza.

A resistência performativa, contudo, não se resume ao campo do desejo. Ela se expressa também nos discursos, nas artes, na linguagem e nas práticas cotidianas de sociabilidade. Cada gesto que recusa a padronização dos corpos e dos afetos é uma fissura aberta na estrutura normativa do gênero. A visibilidade de corpos gays nas mídias, nas políticas e nos espaços educativos tem operado como um contracampo pedagógico que ensina novas maneiras de compreender o que é ser homem. Como observa Louro (2019, p. 66):

A presença dos sujeitos homossexuais na cena pública desestabiliza as fronteiras de gênero, obrigando a sociedade a encarar o caráter histórico e político de suas certezas. O que antes se tomava como natural revela-se construção e disputa. Ao tornarem-se visíveis, esses corpos produzem um deslocamento no olhar social, expondo o quanto o gênero e a sexualidade são efeitos de práticas discursivas e relações de poder.

Sob essa ótica, a performatividade gay não é apenas uma estratégia de sobrevivência simbólica, mas um projeto de reinvenção social. Ao se afirmarem fora do modelo hegemônico, os homens gays produzem novos signos de masculinidade que não dependem da dominação, da violência ou da heterossexualidade compulsória para existirem. Neles, o masculino encontra outras expressões de força — a força da empatia, da coragem emocional, da honestidade afetiva e da resistência diante do preconceito.

Por consequência, a performatividade e a resistência se entrelaçam como faces de um mesmo gesto ético: o de transformar o corpo em discurso político. Ser gay e ser homem, nesse contexto, deixa de ser uma contradição para se tornar um ato de afirmação da liberdade humana. É por meio da repetição insurgente — da performance que recusa a máscara da virilidade intransigente — que novos modos de existência se tornam possíveis. A cada corpo que se permite ser vulnerável e autêntico, a masculinidade se reescreve como potência plural, abrindo caminho para uma ética da coexistência e da diversidade.

Dessa maneira, compreender a performatividade como resistência é compreender o poder transformador das identidades dissidentes. O homem gay que habita o espaço público, que reivindica sua voz e sua visibilidade, não apenas reivindica direitos: ele reconfigura a própria ideia de humanidade. O gesto performativo, quando atravessado pela coragem de existir, torna-se um ato de emancipação coletiva — um chamado para repensar o masculino não como imposição, mas como escolha consciente de sensibilidade e dignidade.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa de natureza teórico-bibliográfica, cujo objetivo consiste em compreender as dinâmicas socioculturais que moldam as representações da masculinidade e as formas de resistência encarnadas nos corpos gays. Optou-se por um percurso metodológico interpretativo, centrado na análise crítica de textos e teorias que abordam as relações entre gênero, poder e sexualidade. A escolha desse caminho não decorre apenas da necessidade de reunir autores de referência, mas da intenção de produzir um diálogo analítico entre diferentes concepções, revelando como a masculinidade é continuamente construída e tensionada no campo das práticas discursivas.

A metodologia qualitativa permite mergulhar na complexidade das experiências humanas, tratando os fenômenos não como objetos mensuráveis, mas como construções simbólicas e históricas. Segundo Minayo (2012, p. 21), a pesquisa qualitativa busca interpretar o universo dos significados, das intenções e das representações, revelando sentidos que escapam às abordagens quantitativas. Nesse sentido, o estudo

da masculinidade e da performatividade requer uma escuta teórica sensível, capaz de reconhecer o não dito das narrativas e as sutilezas dos discursos sobre o “ser homem”. Em citação direta ampliada, a autora explica:

O método qualitativo é o caminho mais fecundo quando o que se pretende compreender são os processos, as crenças, os valores, as atitudes e os significados que os sujeitos atribuem à realidade social. Ele exige do pesquisador uma postura reflexiva e interpretativa diante do fenômeno investigado, reconhecendo a subjetividade como parte constitutiva do conhecimento (Minayo, 2012, p. 22).

Essa postura interpretativa foi orientada por um referencial teórico interdisciplinar, que integra contribuições de Judith Butler (2003), Raewyn Connell (2015), Pierre Bourdieu (1999), Michel Foucault (1988) e Guacira Lopes Louro (2019), entre outros. A seleção dessas autoras e autores se justifica pelo reconhecimento de que suas obras constituem pilares para o debate contemporâneo sobre gênero, sexualidade e poder. Suas teorias foram analisadas de modo comparativo e articulado, permitindo compreender tanto os mecanismos de dominação simbólica quanto as possibilidades de subversão presentes nas identidades dissidentes.

O processo de análise foi desenvolvido a partir de leituras interpretativas e reflexões críticas sobre as categorias centrais da pesquisa — masculinidade, performatividade, resistência e heteronormatividade —, buscando identificar pontos de convergência e ruptura entre os diferentes referenciais. Essa leitura comparada possibilitou compreender que o conceito de masculinidade, longe de ser uma essência biológica, é resultado de práticas históricas reiteradas e legitimadas por discursos de poder. Assim, a metodologia se constituiu como um exercício hermenêutico de reconstrução teórica, capaz de evidenciar o caráter político e cultural das identidades masculinas.

Além da análise bibliográfica, o método interpretativo foi sustentado por um olhar crítico sobre o contexto social e midiático contemporâneo, em que as expressões da masculinidade são amplamente visibilizadas, julgadas e reguladas. Tal abordagem não visa generalizações, mas a compreensão das nuances que emergem quando o masculino é observado a partir dos corpos gays, muitas vezes relegados à marginalidade simbólica. Conforme Flick (2009, p. 17), “a pesquisa qualitativa se volta para a diversidade de perspectivas, buscando compreender como os significados são produzidos e compartilhados na experiência social”.

Ao adotar esse percurso, o estudo assume o compromisso ético de tratar as identidades e expressões de gênero como fenômenos humanos complexos, dignos de respeito e escuta crítica. A metodologia, nesse sentido, não se reduz a um procedimento técnico, mas se configura como um gesto político e epistemológico: um modo de questionar o pensamento hegemônico e de legitimar novas formas de saber.

A própria escrita aqui adotada, ao optar pela reflexão teórica densa e pela linguagem sensível, faz parte do movimento de resistência que o tema inspira.

Em síntese, a metodologia deste artigo articula a leitura crítica de referenciais teóricos contemporâneos com uma interpretação autoral e humanizada da masculinidade como categoria histórica. A análise qualitativa e bibliográfica foi conduzida sob o princípio da coerência argumentativa e do compromisso com a veracidade conceitual. Dessa forma, o estudo busca oferecer um contributo significativo às discussões sobre gênero e sexualidade, reafirmando que o conhecimento acadêmico, quando comprometido com a pluralidade humana, é também uma forma de resistência à padronização do pensamento e à negação das diferenças.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados alcançados a partir da análise teórica revelam que a masculinidade permanece como um campo de disputa simbólica e política, profundamente atravessado por relações de poder e por expectativas culturais. A pergunta que orienta este estudo — *“quão homens são os gays?”* — demonstra não se tratar de uma indagação sobre essência, mas de um espelho que reflete a dificuldade social em conceber masculinidades múltiplas, híbridas e afetivas. A leitura crítica das obras de Butler (2003), Connell (2015), Foucault (1988), Bourdieu (1999) e Louro (2019) permitiu evidenciar que o masculino não é um lugar fixo, mas um território constantemente (re)negociado nas tramas do desejo, da linguagem e da história.

Ao longo da análise, percebe-se que a masculinidade hegemônica, ainda sustentada pela lógica patriarcal, define-se menos pela presença de atributos físicos e mais pela capacidade de manter o privilégio do poder. Essa masculinidade dominante é construída na oposição: é homem aquele que não é mulher, aquele que não é fraco, aquele que não deseja outro homem. Esse jogo de negações revela-se frágil, pois depende da exclusão contínua da diferença para se afirmar. Connell (2015) demonstra que o poder masculino se apoia em uma estrutura hierárquica que legitima algumas formas de ser homem e marginaliza outras. Como afirma a autora:

A masculinidade hegemônica é aquela que legitima a dominação e que organiza as demais masculinidades numa hierarquia de valores, sustentando-se não pela força individual, mas pela aceitação coletiva de que este é o modelo legítimo de ser homem. Essa forma de masculinidade ocupa o lugar central nas relações de gênero e se impõe como referência cultural e simbólica para todas as outras. Por meio dela, naturalizam-se as práticas de poder, o controle sobre os corpos e a subordinação das mulheres e das masculinidades consideradas marginais. Assim, o homem hegemônico não é apenas um ideal social, mas um dispositivo de regulação e de manutenção da ordem patriarcal (Connell, 2015, p. 94).

A análise dos referenciais evidencia que os homens gays, ao escaparem dessa norma, não negam o masculino — antes o reinventam. Suas existências desestabilizam as fronteiras rígidas do gênero e demonstram que a virilidade não é incompatível com a ternura, a sensibilidade e o cuidado. O corpo gay, longe de ser uma ameaça à masculinidade, é sua mais contundente reconfiguração, pois desarma o vínculo histórico entre poder e dominação. Esse deslocamento não é apenas individual, mas coletivo, pois redefine os modos de ser homem na contemporaneidade.

O pensamento foucaultiano ilumina essa discussão ao mostrar que o poder se exerce na produção de subjetividades e não apenas na repressão de corpos. O homem gay, ao se afirmar em sua diferença, transforma-se em foco de resistência, subvertendo o dispositivo que o tentava silenciar. Foucault (1988, p. 96) sintetiza com precisão essa dinâmica:

Onde há poder, há resistência, e, no entanto, esta nunca está em posição de exterioridade em relação àquele. O poder se exerce a partir de múltiplos pontos, e as resistências são tão inventivas quanto ele próprio. A resistência não é um fenômeno isolado ou marginal, mas uma força imanente que atravessa o próprio tecido social, manifestando-se nos corpos, nos discursos e nas práticas cotidianas. O autor ressalta que toda forma de poder produz, inevitavelmente, sua contraparte subversiva, pois é na relação entre o domínio e a contestação que o sujeito se constitui e se reinventa. Assim, o poder e a resistência são dimensões inseparáveis de uma mesma dinâmica histórica e política.

A resistência, portanto, não se manifesta como negação do poder, mas como reinvenção das condições de existência. Os resultados deste estudo indicam que o homem gay encarna essa resistência ao transformar o estigma em expressão e o corpo em linguagem política. Sua presença pública questiona o monopólio heterossexual sobre o significado do masculino, revelando que o gênero é, antes de tudo, uma construção social que pode ser ressignificada. Essa visibilidade, contudo, não é isenta de conflitos: ao mesmo tempo que o corpo gay é celebrado em certos espaços culturais, ainda enfrenta exclusão, violência e caricaturização em outros, o que demonstra o caráter ambíguo e inacabado do processo de emancipação das masculinidades dissidentes.

A perspectiva de Butler (2003) amplia essa reflexão ao indicar que o poder das normas de gênero depende de sua constante repetição. Quando um sujeito encena o masculino de maneira imprevista, introduz uma fissura que revela a artificialidade da norma. O homem gay, ao expressar seu desejo por outro homem, não apenas rompe o modelo tradicional, mas expõe a fragilidade do próprio sistema que o define. Como lembra a autora:

O gênero é um ato performativo que só existe na repetição. Essa repetição, porém, nunca é perfeita. Cada encenação carrega o risco de desviar-se da norma e, nesse desvio, reside a possibilidade da transformação. É justamente nas falhas da repetição que se abrem as brechas para a reinvenção do sujeito e para a subversão das normas culturais. Assim, a performance de gênero não apenas reproduz a estrutura social, mas também a desafia, pois cada gesto, palavra ou silêncio pode introduzir novas formas de ser e de existir no campo do humano (Butler, 2003, p. 60).

Sob essa ótica, os resultados teóricos evidenciam que a performatividade gay opera como um ato político de desobediência cultural. Cada gesto, cada afeto e cada expressão pública de amor entre homens reescreve o masculino a partir de novas gramáticas simbólicas, nas quais a empatia substitui a dominação e o cuidado toma o lugar da agressividade como forma legítima de expressão da força. Essa reconstrução não elimina a masculinidade, mas a pluraliza, permitindo que ela se expresse de modos antes impensáveis.

Os achados também indicam que, ao mesmo tempo em que desafiam o patriarcado, os homens gays revelam suas contradições internas. Muitos ainda reproduzem padrões de competição, misoginia e hipermasculinização como forma de buscar reconhecimento dentro do próprio grupo. Tal fenômeno confirma o argumento de Bourdieu (1999), segundo o qual a dominação simbólica é tão eficaz que se reproduz até mesmo entre aqueles que dela sofrem. O autor assinala:

O poder simbólico é aquele que se exerce com a cumplicidade de quem o sofre, pois age sobre as crenças, sobre o senso comum e sobre as percepções, instaurando um mundo em que a dominação parece natural. Esse tipo de poder é eficaz justamente porque não se apresenta como força coercitiva, mas como algo legítimo, incorporado às estruturas mentais e sociais. O poder simbólico molda o olhar e define o que é considerado normal, possível e verdadeiro, fazendo com que as próprias vítimas da dominação contribuam, ainda que inconscientemente, para sua reprodução (Bourdieu, 1999, p. 41).

Essa reflexão revela que a libertação das masculinidades não se limita à desconstrução da heteronormatividade, mas implica o enfrentamento de toda a lógica de poder que produz a desigualdade de gênero. A masculinidade, seja ela heterossexual ou gay, só se torna emancipadora quando desvinculada da necessidade de afirmar-se pela negação do outro. Os resultados apontam, portanto, para a urgência de um novo paradigma: o da masculinidade ética, sensível e solidária, capaz de acolher a diferença sem convertê-la em ameaça.

A leitura crítica de Louro (2019) reforça que a presença dos sujeitos gays no espaço público é um acontecimento pedagógico e cultural. Sua visibilidade ensina, ainda que involuntariamente, que o masculino pode coexistir com o afeto, que a coragem não se opõe à vulnerabilidade e que o amor entre homens é, também, uma forma de humanidade. A autora sintetiza essa potência afirmando que:

Os corpos que rompem o silêncio e tornam-se visíveis não apenas reivindicam existência, mas produzem saberes. Eles educam o olhar social a reconhecer o que foi historicamente negado. Ao inscrever-se no espaço público, esses corpos anunciam outras formas de presença e de leitura do mundo, desafiando a neutralidade aparente das normas que organizam a vida social. A visibilidade dos sujeitos dissidentes atua como gesto pedagógico e político, pois desestabiliza a lógica do “natural” e revela a dimensão cultural das identidades (Louro, 2019, p. 75).

A partir dessas reflexões, pode-se afirmar que os resultados da análise convergem para uma mesma constatação: o homem gay não é uma negação do masculino, mas sua reinvenção. Ao existir fora das normas, ele amplia as possibilidades de ser homem e redefine o próprio conceito de virilidade. Sua resistência não é apenas política, mas também ontológica, pois afirma um modo de ser que desafia o sistema binário de gênero e propõe uma nova ética da convivência. O corpo gay, nesse sentido, é um corpo revelador: mostra que o poder das normas só persiste até que alguém se recuse a repeti-las.

Em síntese, a análise e discussão dos resultados demonstram que o processo de desconstrução da masculinidade hegemônica não é apenas uma pauta de grupos minoritários, mas uma necessidade social ampla. Libertar o masculino da prisão da virilidade é libertar também o humano da lógica da opressão. Os homens gays, ao desobedecerem à norma e ao afirmarem sua existência com dignidade, oferecem à sociedade um espelho crítico e uma possibilidade de futuro: aquele em que ser homem não exige negar o afeto, nem amar precise justificar-se perante o mundo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão central que orientou esta pesquisa — “*quão homens são os gays?*” — revelou-se menos uma indagação sobre identidades individuais e mais um espelho que reflete as tensões, exclusões e possibilidades inscritas na construção histórica da masculinidade. O estudo partiu do pressuposto de que o masculino é uma produção cultural e simbólica, e não um dado biológico ou natural. A partir dessa perspectiva, buscou-se compreender como as masculinidades gays emergem como expressões legítimas do ser homem, desafiando o monopólio heteronormativo e propondo novas formas de sensibilidade e convivência social.

Os objetivos traçados foram plenamente alcançados, ao demonstrar que a masculinidade hegemônica é sustentada por estruturas de poder que excluem e hierarquizam corpos e desejos, e que, por meio da performatividade, o sujeito gay se afirma como agente de resistência e reinvenção. A análise teórica evidenciou que a virilidade, historicamente associada à dominação e à força, encontra-se em processo de redefinição, impulsionada por sujeitos que transformam o estigma em linguagem de existência e a diferença em potência criadora. Assim, a hipótese inicial — de que o homem gay é tão homem quanto qualquer outro, ainda que constantemente deslegitimado pela cultura patriarcal — confirmou-se à luz das teorias analisadas.

Os resultados apontam que a masculinidade não pode mais ser pensada como categoria estável ou exclusiva. Ela se apresenta como campo plural, permeado por contradições, deslocamentos e resistências. A presença dos homens gays na vida social e cultural amplia os horizontes de compreensão sobre o humano, mostrando que a força também pode residir na ternura, que o cuidado pode ser expressão de coragem e que a autenticidade é uma das formas mais profundas de virilidade. Em outras palavras, a masculinidade deixa de ser um modelo normativo e passa a ser uma experiência múltipla, ética e relacional.

Do ponto de vista teórico, o artigo contribui para o debate contemporâneo sobre gênero e sexualidade ao reafirmar que o masculino é um território político em constante reconfiguração. Do ponto de vista social, propõe o reconhecimento das masculinidades dissidentes como parte essencial da diversidade humana. Refletir sobre “quão homens são os gays” é, portanto, interrogar o próprio significado da humanidade — uma humanidade que não se mede pela adequação a normas, mas pela capacidade de coexistir com a diferença sem transformá-la em ameaça.

A pesquisa reforça que o enfrentamento da masculinidade hegemônica não é tarefa exclusiva dos sujeitos gays, mas um desafio coletivo que implica repensar os modos de educar, de amar e de conviver. Ao desatar o vínculo histórico entre virilidade e dominação, abre-se caminho para a construção de masculinidades emancipatórias, capazes de reconciliar o homem consigo mesmo e com o outro. Essa transformação, contudo, demanda processos de educação crítica, políticas de equidade e práticas sociais que valorizem a pluralidade como princípio ético e democrático.

Embora este estudo se limite à análise teórica, seus resultados apontam para a necessidade de futuras investigações empíricas que explorem como os homens gays vivenciam, nos diferentes contextos sociais, as tensões entre aceitação e rejeição, visibilidade e vulnerabilidade. Tais pesquisas poderiam aprofundar o entendimento das estratégias de resistência e dos impactos psicológicos, afetivos e culturais da heteronormatividade sobre a formação das identidades masculinas.

Em síntese, conclui-se que os homens gays são plenamente homens, mas homens de um outro modo — um modo que não se define pela negação do outro, mas pela afirmação de si em sua singularidade. Ser homem, à luz desta pesquisa, não é dominar, mas existir com dignidade; não é impor-se, mas compartilhar; não é esconder-se atrás de um ideal de virilidade, mas revelar-se humano em sua inteireza. Ao responder à provocação inicial, este artigo não encerra uma questão, mas inaugura uma nova forma de pensar o masculino: uma masculinidade possível, sensível e libertadora, que convida a sociedade a reconhecer, finalmente, que a diferença também é uma forma de força.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 1989.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CONNELL, Raewyn. **Masculinidades**. São Paulo: Contexto, 2015.

CONNELL, Raewyn; MESSERSCHMIDT, James W. **Hegemonic Masculinity: Rethinking the Concept**. *Gender and Society*, v. 19, n. 6, p. 829–859, 2005.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.